



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A), PREGOEIRO(A) DO MUNICIPIO DE SCHROEDER/SC.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024-PMS.

Processo Licitatório nº 134/2024-PMS.

Contratação nº 90166/2024.

**GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.764.609/0002-43, sediada na Rua Manoel Aníbal Pereira, nº. 481, Dom Bosco, Itajaí/SC, CEP 88307-070, vem, respeitosamente, por intermédio de seu representante legal que aqui subscreve, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no item 8 do Edital nº. 40/2024, em desfavor da empresa **DEFENTEC VIGILANCIA LTDA**, fazendo-o em consonância com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

## **I. DOS FATOS**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER - SC publicou o Edital de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, cujo objeto consiste na contratação de serviço de vigilância humana (um posto) com vigia desarmado 24 horas, todos os dias da semana, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.





Após a conclusão das fases competitivas e de habilitação do certame, a empresa **DEFENEC VIGILANCIA LTDA**, ora recorrida, foi proclamada como a vencedora, conforme registrado no sistema da sessão realizada em 09/08/2024.

Contudo, a empresa recorrida foi erroneamente declarada vencedora contrariando os requisitos previsto do edital da presente licitação, além de entrar em conflito direto com os termos do edital e a legislação pertinente, a nossa empresa ora recorrente não teve outra opção senão apresentar este recurso, visando assegurar a prevalência da legalidade e o respeito aos princípios que regem os processos licitatórios.

## II. DO MÉRITO

Inicialmente é relevante mencionar que, a proposta de preços apresentada pela primeira classificada, contra a qual recorremos, revela-se **flagrantemente** inexequível. A análise simples revela que o valor proposto está muito abaixo não abarcando o cumprimento das obrigações, constituindo-se em uma falha grave que pode acarretar prejuízos substanciais à administração contratante.

É imperativo destacar que a inexequibilidade dessa proposta não se limita apenas à sua falta de conformidade com os requisitos legais básicos, mas também representa uma violação direta de dispositivos fundamentais, tais como a Constituição Federal, que assegura a dignidade do trabalho e a proteção dos direitos sociais, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece os parâmetros para as relações trabalhistas, e a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que consolida o entendimento jurisprudencial sobre a responsabilidade subsidiária da administração contratante em relação aos débitos trabalhistas de seus prestadores de serviço.

Nesse sentido, a aceitação de uma proposta tão evidentemente insuficiente não apenas comprometeria a lisura e a legalidade do processo licitatório, mas também colocaria em risco o cumprimento das obrigações





legais e a integridade dos trabalhadores envolvidos, contrariando os princípios basilares que regem a contratação pública.

A nova legislação de licitações estabelece como principal objetivo contratar e assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto. Uma das ferramentas fundamentais para verificar a exequibilidade da proposta se tratando de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra é a utilização da planilha de custos e formação de preços.

Assim, o julgamento das licitações deverá ser realizado consoante critérios claros, objetivos e públicos, sob pena de invalidação. De tal modo, as formalidades impostas pela lei, atos normativos e instrumento convocatório para a licitação são obrigatórias para os licitantes e agentes públicos nela envolvidos. Essas lições confirmam que o Pregoeiro, antes de olhar para os preços, deverá olhar para a regularidade das propostas. Não há que se falar em MENOR PREÇO, olhando-se para proposta irregular.

Passemos aos vícios da proposta vencedora apresentada:

#### **a) Da Participação Indevida de Licitantes**

Conforme previsto no ato convocatório, o objeto da licitação refere-se à prestação de serviços de vigilância patrimonial, atividade que, nos termos da legislação vigente, exige que as empresas participantes sejam devidamente autorizadas pela Polícia Federal, conforme determina a Lei nº 7.102/83 e as normas regulamentares expedidas pelo Departamento de Polícia Federal. Contudo, diversas empresas cujo ramo são distintas do objeto licitado participaram do presente certame, participadas de certas, que configuram flagrante descumprimento das exigências editais.

Essas empresas, além de não atenderem às qualificações técnicas obrigatórias, apresentaram propostas de valores com extremamente baixos, o que caracterizam “licitante aventureiro” e comprometem a isonomia e a competitividade do processo licitatório. Tal conduta viola os princípios da moralidade e da competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021,



além de gerar uma concorrência desleal em desfavor das empresas que exercem influência de acordo com a legislação e arcam com os custos necessários para manterem suas operações em conformidade com as normas de segurança privada.

Destaca-se, ainda, a ausência de atuação diligente por parte do desta omissão o de licitação, que deveria ter identificado e inabilitado os licitantes que não atendessem aos requisitos de qualificação técnica. A omissão em tomar tal especificação compromete a lisura do certo e viola os princípios da legalidade e da eficiência, também consagrados na Lei nº 14.133/2021.

Em recente julgado (Acórdão 5651/2024 - Segunda Câmara), o Tribunal de Contas da União decidiu que é **responsabilidade do pregoeiro analisar de maneira rigorosa os cálculos contidos na proposta que fundamenta a contratação, identificando e apontando claramente quaisquer inconsistências que precisem ser corrigidas.**

#### **Acórdão 5651/2024 - Segunda Câmara TCU**

A responsabilidade por pagamentos indevidos decorrentes de erro na planilha de composição do preço final da proposta vencedora, recai sobre pregoeiro, e não sobre a autoridade que homologou o pregão.

No caso em questão, conforme o Ministro Relator, o pregoeiro adjudicou o resultado da licitação e sugeriu sua homologação sem realizar uma análise cuidadosa das planilhas, que continham erros nos valores dos encargos sociais e trabalhistas a serem aplicados.

O TCU esclarece que a autoridade homologadora não é responsável solidariamente por vícios ocultos ou de difícil percepção nos procedimentos licitatórios. O Tribunal já estabeleceu que erros de cálculo que resultem na desclassificação indevida de uma proposta por inexecutabilidade de preço devem ser atribuídos à comissão de licitação, e não à autoridade responsável pela homologação. Nesse sentido, o TCU considera que não é razoável exigir que a autoridade homologadora revise o trabalho que é, na verdade,





responsabilidade do pregoeiro, como a análise das planilhas de composição de custos da proposta da empresa vencedora.

Ressalto que, no caso em questão, o pregoeiro foi penalizado com uma multa de quase R\$ 1 milhão em decorrência de sua inobservância quanto à proposta vencedora do certo homologado. Tal fato evidencia a importância de que todos os agentes envolvidos em contratações públicas atuem com o mais alto nível de diligência e conformidade com a legislação vigente. Não se trata apenas de realizar um processo licitatório por fazer, mas de garantir que cada etapa seja conduzida com muita atenção e rigor, garantindo a lisura e a integridade do certo.

#### **b) Da Inexequibilidade da Proposta da Empresa Vencedora**

É notório que uma empresa declarada parcialmente vencedora apresentou uma proposta com vitorias graves, as quais tornam a sua execução materialmente inviável, conforme evidenciado pela análise detalhada das rubricas de custo. A omissão na cotação de elementos essenciais à prestação dos serviços de vigilância fere diretamente os preceitos legais que regem as relações trabalhistas e previdenciárias, assim como os princípios basilares da licitação, como os da legalidade, competitividade e isonomia, consagrados pela Lei nº 14.133/21.

A liberdade de uma proposta evidentemente inexequível não só viola os requisitos mínimos de conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, como também compromete a igualdade de condições entre os licitantes. As empresas que desejam atuar de maneira correta, cotando todos os custos necessários à execução plena do contrato, são prejudicadas em sua competitividade, uma vez que a proposta vencedora apresentou valores manifestamente abaixo dos praticados no mercado, utilizando-se de investimentos indevidos que resultaram na herança do resultado do certame.

De acordo com o art. 59, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a inexequibilidade de uma proposta pode ser verificada pela incompatibilidade entre os preços oferecidos e os custos efetivos necessários à execução do





contrato. No presente caso, isso se materializa pela missão de rubricas essenciais, como o que abordamos a detalhar:

1. **Intrajornada:** A empresa vencedora não contempla o devido pagamento das horas intrajornada, infringindo o disposto clausula trigésima nona na convenção coletiva de trabalho. A ausência dessa previsão implica subestimação dos custos reais envolvidos na prestação dos serviços.

2. **Contribuições Previdenciárias (INSS):** O valor utilizado para o cálculo das contribuições previdenciárias (INSS) é manifestamente incorreto, com a adoção de alíquotas solicitadas, em flagrante desrespeito à legislação previdenciária (Lei nº 8.212/1991).

3. **Risco Ambiental do Trabalho (RAT):** A empresa omite a cotação referente à contribuição obrigatória ao RAT, conforme estabelece o art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991, o que agrava ainda mais a inexecutabilidade da proposta, visto que tal custo é inerente à atividade de vigilância.

4. **Uniformes:** O fornecimento de uniformes, previsto na convenção coletiva da categoria, foi indevidamente ignorado, sendo cotado a zero.

5. **Adicional Noturno e Redução da Hora Noturna:** A empresa deixou de cotar corretamente o adicional noturno, bem como a redução da hora noturna, conforme estipulado clausula trigésima nona na convenção coletiva de trabalho. A ausência dessa previsão fere direitos trabalhistas indisponíveis, além de distorcer os valores efetivos da proposta.

6. **Reflexos das Horas Noturnas:** Além da cotação incorreta das horas noturnas, não foram considerados os reflexos, o que configura mais um vício grave na composição do preço final.

Essas omissões na proposta caracterizam clara inexecutabilidade, conforme definido pela jurisdição do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece que propostas com valores visivelmente subestimados, que não contemplam todos os encargos necessários à execução do objeto contratado, devem ser desclassificadas.

Além disso, a acessibilidade dessa proposta sem a devida diligência pelo pregoeiro, conforme exige o art. 71 da Lei nº 14.133/2021, compromete





a legalidade e a moralidade do certo, uma vez que tais irregularidades não foram identificadas, prejudicando a igualdade de condições entre os concorrentes.

Diante do exposto, é imperativa a revisão da decisão que declarou a empresa vencedora, com a consequente desclassificação da mesma, por evidente inexecutabilidade de sua proposta, em observância aos princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas. Tal medida visa restaurar a competitividade de certame e garantir que o processo licitatório se desenvolva em estrita conformidade com as normas aplicáveis.

#### **IV- DOS REQUERIMENTOS**

**ISTO POSTO**, REQUEREMOS, que seja conhecido o presente recurso para julgá-lo totalmente procedente, com a consequente desclassificação da empresa **DEFENEC VIGILANCIA LTDA**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Itajaí/SC, 07 de setembro de 2024.

ALISSON FREITAS MERCHED

Administrador

